



Observatório da Jurisdição
Constitucional

Observatório da Jurisdição Constitucional.
Ano 6, no. 2, jul./dez. 2013. ISSN 1982-4564.

NOTA DOS EDITORES

A revista do Observatório da Jurisdição Constitucional chega a seu sexto ano com novidades nos aspectos formais de apresentação dos artigos e na edição. Se no primeiro semestre deste ano (Vol. 1, jan./jun. 2013) já havíamos alterado a formatação dos textos e o layout de publicação dos artigos, neste segundo volume editado no ano (jul./dez. 2013) passamos a apresentar todos os dados técnicos da edição em documentos distintos (capa, sumário, ficha técnica e nota dos editores) que, em conjunto com os artigos, compõem a edição completa da revista eletrônica, deixando ao leitor a oportunidade de realizar tanto a leitura e/ou impressão de artigos individualizados como de toda a revista "capa a capa". Para uma revista eletrônica, tais modificações assumem inegável importância, na medida em que cumprem com o objetivo primordial de fornecer aspectos visuais cada vez mais claros e facilitadores da leitura tanto em meio digital como impresso.

Quanto ao conteúdo desta edição, o **Observatório da Jurisdição Constitucional** busca, mais uma vez, apresentar o público leitor com os mais recentes e importantes estudos em torno da jurisdição constitucional no Brasil e em outros países. A sessão de **Doutrina** contém interessante estudo do Prof. Macario Alemany, da Universidad de Alicante (Espanha), a respeito das relações entre democracia e constitucionalismo a partir de uma visão crítica que enfoca o paternalismo, tema do qual o Prof. Macario é considerado um dos maiores especialistas. Na parte de doutrina também trazemos dois importantes textos a respeito da democracia e dos direitos fundamentais: "Aceleração da Democracia brasileira?", do Professor Rodrigo Mudrovitsch, e "Abuso de direitos fundamentais, pluralismo cultural e critérios de tratamento igual", de Lucas Fucci Amato. A sessão **Observatório Nacional** contém artigo inédito do Professor Doutor e Ministro do STF Gilmar Ferreira Mendes sobre a dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988 e sua aplicação pelo Supremo Tribunal Federal. Além disso, outros três artigos relevantes compõem esta sessão: "A garantia

constitucional contra a despedida arbitrária e sem justa causa e o problema da regulamentação judicial de cláusulas constitucionais de eficácia limitada ante a omissão legislativa", do Professor Fernando Hugo R. Miranda, "O *amicus curiae* como instrumento de democratização da jurisdição constitucional brasileira", de Rafael Dilly Patrus, e "Divulgação da remuneração ou subsídio do agente público na internet: análise da Lei de Acesso à Informação à luz dos princípios da publicidade e transparência", de Carlos Odon Lopes da Rocha. Na sessão **Observatório Internacional**, a publicação e os leitores são presenteados com artigo inédito (tanto no Brasil como na Espanha e em outros países) do Professor Francisco Fernández Segado, Catedrático da Universidad Complutense de Madrid, que nos fornece um dos estudos mais completos e profundos sobre a prática da *judicial review* que antecede o famoso caso Marbury vs. Madison (de 1803), cuja maior expressão encontra-se na figura de Sir Edward Coke e no julgamento do caso Bonham na Inglaterra da segunda metade do século XVII.

Ao oferecermos ao público leitor mais uma edição minuciosamente trabalhada e preparada por toda nossa equipe editorial (dando passos importantes para atender os padrões de editoração de revistas nacional e internacionalmente esperados), esperamos continuar cumprindo nosso compromisso de contribuir para os estudos a respeito da jurisdição constitucional no Brasil e em outros países.

André Rufino do Vale

Fábio Lima Quintas